

Sindicato se reúne com o Procon para falar sobre as consequências negativas dos fechamentos de agências

Nesta terça-feira (20), os diretores do SindBancários Petrópolis, Aline Rabelo, Augusto Quintela e Sávio Barcellos, se reuniram com a Chefe da Divisão de Atendimento do Procon Petrópolis, Mara Sampaio, com a fiscal, Fernanda Tesch e a assessora jurídica do Procon, Patrícia Maria Glória dos Santos.

A reunião aconteceu a pedido do sindicato, por conta dos fechamentos de agências dos bancos privados em Petrópolis. “Cada agência que deixa de existir, significa um ponto de atendimento a menos, fazendo com que milhares de clientes e usuários sejam atendidos em outras agências que, muitas vezes, já estão sobrecarregadas”, disse Sávio Barcellos, presidente do sindicato. “Além disso, os fechamentos das agências geram demissões e sobrecarregam os trabalhadores das dependências que incorporaram os outros clientes. E isso impacta, direta e negativamente, tanto na saúde do trabalhador, como na agilidade e qualidade do atendimento bancário, agravando o tempo de espera nas filas. Lembrando que temos uma lei municipal, a 5.763 de 2001, que obriga as instituições financeiras a atenderem seus clientes no máximo em 15 minutos em dias normais e em 30 minutos em vésperas de feriados ou após feriados prolongados”, salientou Sávio.

O Procon se comprometeu em apurar a situação. “Esse canal de diálogo junto à entidade é extremamente importante, porque fortalece a atuação de ambas as partes em busca de uma maior agilidade e efetividade na solução dos problemas”, completou Sávio.

Coletivo Nacional de Saúde debate mudanças na NR-1 e junta médica

O Coletivo Nacional de Saúde da Contraf-CUT se reuniu nesta terça-feira (20), em Curitiba. O encontro foi realizado logo após a audiência pública “Medo, pressão e assédio: A saúde mental de bancários e financeiros”, promovida pela Frente Parlamentar de Saúde Mental da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). “Diante da tragédia que estamos vivenciando com o adoecimento da categoria, iniciativas como essa dão visibilidade ao problema, estabelecem diálogo com a sociedade e abrem portas para outras ações importantes”, avalia o secretário de Saúde da Contraf-CUT, Mauro Salles.

Após os debates, ficou definido que o Coletivo Nacional de Saúde fará um ofício, solicitando a Fenaban a suspensão do fluxo que envolve a junta médica, já que estão acontecendo inúmeros equívocos em todo o País. “É evidente que a junta médica, prevista na cláusula 29 de CCT, não pode caracterizar um processo de perseguição aos afastados. Por isso, precisamos de orientação e, assim, dar clareza ao processo”, explicou Mauro Salles.